

EXPANSÃO

Governo autoriza novos trechos de ferrovias em Mato Grosso e Pará

Ministério recebeu 76 pedidos para construção de ferrovias

Só Notícias

O avanço do Congresso Nacional para instituir o Marco Legal das Ferrovias “está garantindo a Mato Grosso a expansão da malha ferroviária, em um dos projetos que vão colocar o Estado no seu mais alto nível de competitividade”. A afirmação foi feita pelo senador Wellington Fagundes, presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura, ao receber comunicado do Ministério da Infraestrutura sobre novos pedidos de autorização para implantação de novos trechos entre Lucas do Rio Verde a Sinop, Santa Rita

do Trivelato a Sinop, Nova Mutum a Campo Novo do Parecis, Bom Jesus do Araguaia a Água Boa e Primavera do Leste a Ribeirão Cascalheira e Sinop a Moraes Almeida (PA).

No comunicado recebido pelo senador, estão ainda os pedidos de duas empresas, que compreendem o mesmo trecho de

“
Está garantindo a Mato Grosso a expansão da malha ferroviária

origem e destino. Todavia, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já esclareceu que os traçados avaliados não

coincidem entre si. Ambas as empresas pretendem construir estradas de ferro entre Lucas do Rio Verde e Sinop. Uma delas fez o pedido para explorar 146,7 3quilômetros e a outros 153 quilômetros.

Até o momento, o Ministério da Infraestrutura recebeu, ao todo, 76 requerimentos para construção e operação de ferrovias pelo regime de autorização, perfazendo 19 mil quilômetros de novas ferrovias privadas, cruzando 16 Unidades da Federação, e investimentos que ultrapassam R\$ 224 bilhões.

“Em todos esses projetos ferroviários, a expectativa é de que sejam criados 2,6 milhões de postos de trabalho diretos e indiretos, além da diminuição do custo de transporte, da emissão de CO² e a modernização da malha fer-



Marco Legal das Ferrovias

roviária nacional. É para isso que estamos trabalhando”, disse o senador, através da assessoria.

Atualmente, uma empresa logística tem autorização para implantação do trecho entre Água Boa e Lucas do Rio Verde. O novo ramal terá 508 quilômetros de extensão, com foco no transporte de cargas como grãos, fertilizantes, farelo de soja, entre

outras. Esse mesmo trecho também foi solicitado por uma multimodal.

A ligação Água Boa-Lucas do Rio Verde integra o projeto de implantação da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), cujo primeiro trecho, entre Mara Rosa (GO) até Água Boa, já está sendo construído pela Vale. A FICO vai se conectar a Ferrovia Norte-Sul.



Foto: Francisco Alves/CipemManejo Florestal Sustentável

Manejo Florestal Sustentável

MANEJO SUSTENTÁVEL

Piracema da Madeira vai até 1º de abril

Está proibido o corte, a derrubada, arraste e transporte de toras

LORENA BRUSCHI / Sema - MT

O período de proibição da exploração do Manejo Florestal Sustentável, chamado popularmente de “piracema da madeira”, está em vigor em Mato Grosso e vai de 1º de fevereiro até 1º de abril. A “piracema da madeira” atinge cerca de 6% do território de Mato Grosso, totalizando 52 mil quilômetros quadrados de áreas que possuem Planos de Manejo Florestal Sustentável, autorizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT). Nesse período está proibido o corte, a derrubada, arraste

e transporte de toras.

O objetivo deste período é proteger o solo do impacto ambiental da retirada de madeira no período das chuvas. “O Manejo Florestal sustentável tem como objetivo a exploração florestal com mínimo impacto na Floresta. A piracema da madeira reduz o impacto que a continuidade da exploração, no período das chuvas, poderia causar. Então é um momento importante para garantir a conserva-

“
Momento importante para garantir a conservação da floresta

ção da floresta dentro do manejo”, destaca a Secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazaretti.

A Superintendente de Gestão Florestal da Sema, Suely Bertoldi, explica que durante este período só é possível emitir as guias de transporte da madeira que estiver estocada nas esplanadas antes do início da proibição. “Com o solo úmido, o impacto do manejo é muito maior. O pneu do trator faz um afundamento, pode ocasionar valetes e até uma possível erosão, retirando assim a principal característica da atividade, que é o baixo impacto”, conta a superintendente.

A proibição está prevista em resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).